

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

LEI Nº 4.528/2003

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ.

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete decreta e eu,
Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a
SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o
conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a
façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE,
AOS 16 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2003.**

VICENTE DE FARIA PAIVA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS CHAGAS
Procurador Municipal



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 027/2003


DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ.

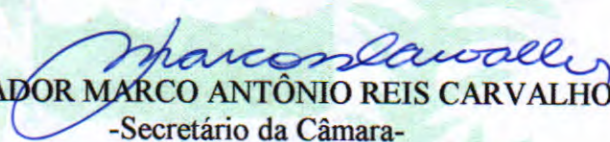
A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete decreta:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a **SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ**.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, AOS 27
DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2003.


VEREADOR WANDERLEY JOSÉ DE FARIA
-Presidente da Câmara-


VEREADOR MARCO ANTÔNIO REIS CARVALHO
-Secretário da Câmara-

/ELMCN/

APROVADO



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 027/2003

A Comissão de Redação é de parecer que o Projeto de Lei nº 027/2003, que declara de Utilidade Pública Municipal a Sociedade Hospital Queluz, de autoria do Vereador Pedro Américo de Almeida, deva ser aprovado pela Câmara, com sua redação original.

SALA DAS COMISSÕES, 23 DE JUNHO DE 2003.


VEREADOR DIMAS ANTÔNIO MARIOZA

VEREADOR DIVINO PEREIRA


VEREADOR MARCO ANTÔNIO REIS CARVALHO

/ALT/

EXPEDIENTE

05 / 06 / 2003

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTOS AO
PROJETO DE LEI Nº 027/2003.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Vereador Pedro Américo de Almeida, que declara de Utilidade Pública Municipal a Sociedade Hospital Queluz, vem a esta Comissão para a emissão de parecer técnico-orçamentário, atendendo ao disposto no art. 77 do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

Não há, do ponto de vista Técnico-financeiro, impedimentos para a tramitação do Projeto de Lei em apreço.

CONCLUSÃO

Esta Comissão é de parecer favorável à tramitação do presente Projeto de Lei, e que o mesmo seja discutido e votado pela Câmara em Plenário.

SALA DAS COMISSÕES, 28 DE MAIO DE 2003.

VEREADOR DORACY APPOLINÁRIO


VEREADOR MARCO ANTÔNIO REIS CARVALHO


VEREADOR VALDIR VIEIRA DE RESENDE

/ALT/



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 027/2003.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Vereador Pedro Américo de Almeida, que declara de Utilidade Pública Municipal a Sociedade Hospital Queluz, vem a esta Comissão para emissão de parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, de conformidade com o art. 75 do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

A proposição em tela deve ser instruída com os documentos indispensáveis à declaração de utilidade pública, previstos no § 5º, do art. 151, do Regimento Interno, que regula a matéria.

Cumpre-nos esclarecer que tais requisitos foram atendidos plenamente no caso em exame, valendo dizer que não há óbice à aprovação do projeto de lei.

De acordo com o Estatuto, trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, tendo por fim manter enfermarias clínicas e cirúrgicas, para tratamento de indigentes de ambos os sexos, que não sejam portadores de moléstias contagiosas, assim como uma seção de maternidade..

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do respectivo Projeto de Lei, nada impedindo sua tramitação regimental, e que o mesmo seja discutido e votado pela Câmara em Plenário.

SALA DAS COMISSÕES, 27 DE FEVEREIRO DE 2003.


VEREADOR DIMAS ANTÔNIO MÁRIOZA

VEREADOR DIVINO PEREIRA


VEREADOR MARCO ANTÔNIO REIS CARVALHO

/ALT/



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 027/2003

Assunto: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ.

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete decreta:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a **SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ**.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 20 DE MAIO DE 2003.


VEREADOR PEDRO AMÉRICO DE ALMEIDA

A Comissão de Economia,
Finanças, Tributação e Orça-
mentos para Parecer
27 / 05 / 2003
PRESIDENTE

A Comissão de Legislação,
Justiça e Redação para
Parecer
20 / 05 / 2003
PRESIDENTE

/ALT/

PROJETO DE LEI Nº 027/2003.

A. Previsto em Lei Única Circunsção e Voto

Votação: 16 Favorável - - Nulos

- Contrários - Brancos

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Em 17 de Junho de 2003


Presidente


Secretário


Vice-Presidente


2º Secretário

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Paulo P.P. Aurca Heliane S. el. Castelloes

Cartório Castellões 1º Ofício de Notas
 Paulo Sérgio M. Menezes - Tabelião
 Aurca Heliane S.M.C. - Tabelião
 Ly Sandra Ferreira - Tabelião
 Paulo M. S. - Tabelião

Cartório de Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas
 Conselheiro
 Ana Paula Ferreira

Selo de Fiscalização
 Selo de Fiscalização
 Selo de Fiscalização

SEÇÃO NOTARIAL 1º OFÍCIO - CARTÓRIO CASTELLOES
 Praça Burdett, 100 - Quadra 107A - Tel.: (031) 721-1563
 CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

AUTENTICAÇÃO
 CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO
 Cons. Lafaiete MG 14 de maio de 2003

Em Teste
 Paulo Sérgio Menezes - Tabelião
 Aurca Heliane S. Menezes - Tabelião
 Ly Sandra Ferreira - Tabelião

REGISTRO CIVIL PESSOAS JURÍDICAS
 CONSELHEIRO LAFAIETE - MINAS GERAIS
 Apresentado para registro e apontado sob o
 nº de ordem 3.122 de fls. 150
 do protocolo A-1 Registrado sob
 o nº de ordem 4387 do livro A-45
 às fls. 32V do Registro de pessoas jurídicas.
 O referido é verdade de que dou fé.
 Cons. Lafaiete MG 21 de 02 de 2003
 Oficial

Aos Trinta e hum (31) dias do mês de
março de dois mil e três (2003), reunidos
a Diretoria do Hospital Luz, sob a
presidência do Senhor Provedor, Francisco
Rodrigues Pereira, pelo mesmo foram em-
postados, nos termos do artigo 23 do Es-
tatuto da Sociedade Hospital Luz os
doutores José de Ulíades Oqueira, CRM-
MG de número 9413 no cargo de Diretor
Clinico e o doutor Olavo Gomes Pereira Filho,
CRM-MG de número 31162, no cargo de
Vice Diretor Clínico, para o biênio 2003/2004
de acordo com decisão do Corpo Clínico, re-
ferida que foram para os cargos. As assinaturas
dos sindicados eleitos por seus pares no pr-
sente Termo de posse serão tidas como au-
torizadas das respectivas indicações, passando
os mesmos a exercerem as atividades
relacionadas na Resolução CFM número 1392,

2030

a partir da presente data, nada mais havendo,
eu, Eduardo Antonio Rodrigues Pereira Cardoso Pinheiro,
Secretário, lavrei o presente termo de posse que
vai pelos presentes e pelos empressados, devidamente
assinado.

Secretário

Provedor

Vice-Provedor Heliana Maria Rodrigues Pereira

Tesoureiro

Din. Clínica

Vice-Din. Clínica

Cartão de Castel
Paulo Sérgio
Auto
Selo de Fiscalização

SERVIÇO NOTARIAL - 1º OFÍCIO DE NOTAS - CASTELLÕES

Praca Barão de Queluz, 97-A - Tel.: (031) 721-1563

CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO

Cons. Lafaiete - MG - 13 de maio de 2003

Em Teste - da Verdade

☐ PAULO SÉRGIO M. MENES CASTELLÕES MENEZES - Tab. H&C

☐ LURIA HELIANE S. MARGENES CASTELLÕES MENEZES - Tab. H&C

☒ LYSANDRA DE OLIVEIRA OLIVEIRA - Tab. H&C

EM BRANCO
1º OFÍCIO DE NOTAS
Conselheiro Lafaiete-MG

Peru

- pp. Elizabeth A. R. Peru - Peru
- pp. Daniela A. R. Peru - Peru
- pp. Luciana A. R. Peru - Peru
- pp. Ivar Cerguino Neto - Peru
- pp. Elup Andrade - Peru

Typ de Peru

Peru

- pp. Styr Afarum Castellós Afarum
- pp. Peru Heliane Lacz Afarum C. Afarum
- pp. Afaria Butilis M. Castellós Afarum
- pp. Afario Afarum Castellós Afarum

Eduardo A. M. Peru

- pp. Liliana Valeria Lima Pereira Cardoso Lima

Aos nove (09) dias do mes de fevereiro de dois mil e três (2003), às dez e trinta horas (10:30 hs), reuniram-se os Conselheiros, Especiais e Suplentes, supra assinados para, primeiramente, apreciar o parecer elaborado pela Comissão Fiscal que verificou as contas apresentadas pela Provedoria e relativas ao exercício de dois mil e dois (2002). pelos componentes da referida Comissão foi lido o parecer de apreciação do Relatório Financeiro do exercício findo, certo que aprovadas foram, sem reservas as contas, após verificações da documentação apresentada. Balancetes, Balancos apresentados para verificação da Comissão, certo também que foram todos elogiados quanto à forma adotada para os procedimentos relativos a cada pagamento. Em seguida os Conselheiros presentes se pronunciaram, um de cada vez, sobre a necessidade de se implantar uma programação para as diversas despesas.

par do Hospital, tais como, pagamentos de em-
prestimo bancário efetuado, pagamento do décimo
terceiro salário dos empregados, realizações de
reformas e manutenções do prédio; anunciadas fi-
zeram presentes as reformas pelas quais já estão par-
tando os diversos apartamentos da Casa, sob a
colaboração financeira de particulares que o fazem,
sob a forma de doações; evidenciado ficou que
os pagamentos devidos aos médicos e médicos flauto-
entes estão em dia; quanto aos honorários de-
vidos ao Senhor Contador no exercício de dois mil
e dois, pelo mesmo foi feito acordo com a
administração, quitando os valores atrasados,
sob a forma de doações. Pelo Conselho que hoje
ocupa o Cargo de Diretor Clínico, doutor José de Oli-
veira Albuquerque, foi informado aos Conselhei-
ros presentes detalhes relativos à atuação do Corpo
Clínico e das modificações a serem implemen-
tadas nos serviços de diagnóstico e tratamento,
tal como urge ser feito com o serviço de RX;
quanto à hemodialise, problemas não existem
hoje. Finalmente, pelos presentes foram eleitos
dentro os Conselheiros aqueles que comporão a
Diretoria que dirigirá a Casa no ano que
hoje se inicia; por aclamação geral foram eleitos:
para o cargo de Provedor, o Conselheiro Francisco
Rodrigues Pereira, para Vice-Provedor, o Conselheiro
Heleno Rufino Rodrigues Pereira; para o cargo de
Tesoureiro, o Conselheiro Francisco Rodrigues Pereira
Ferrari; para o cargo de 1º Secretário, o Conselheiro
Eduardo Antonio Rodrigues Pereira Cardoso Pires, e, para
o cargo de 2º Secretário, o Conselheiro Ivan Carqui-
za Neto. Pelo Provedor, eleito, foi lembrado ao

Conselheiro Diretor Clínico que aguardava, após a Reunião do Corpo Clínico, a indicação dos nomes dos indicados para os cargos de Diretor Clínico e Vice-Diretor Clínico, para a elaboração do Têmo de Posse. Quanto à diretoria hoje eleita, as assinaturas dos eleitos não presente até servirão como Têmo de Posse. Com isso havendo nada mais a ser tratado, encerrada foi a reunião da qual eu, Helena Sofia Rodrigues Pereira, Secretária do Conselho Deliberativo, lavrei a presente ata que vai por mim e pelos presentes assinada.

Helena Sofia Rodrigues Pereira —
Em tempo! ao finalizar a sessão decidido restou pelos sócios presentes que o valor da anuidade dos sócios a ser paga até o dia trinta e hum (31), de março, será o de sessenta reais (R\$60,00). —
 Encerrada a sessão, lavrei da mesma a presente ata que vai por mim e pelos presentes assinada. —

Helena Sofia Rodrigues Pereira

Francisco

Ferreira

Eduardo

de

Eduardo / L. Maria

Francisco / Belh

" / Daniela

" / Luciana

Helena / Helio

Helena / Denis

Dr. Miranda

Paulo Castello

Paulo / D. Tibério

Paulo / M. Bontia

p.p. Silvana Valéria Maria Ferreira E. Pereira

p.p. Elizabeth Melo Alves Rodrigues Pereira

p.p. Daniela Melo Alves Rodrigues Pereira

p.p. Luciana Melo Alves Rodrigues Pereira

p.p. Helio Pereira de Rezende

p.p. Denis Alves Marques

Paulo Henrique Castellos p.p. *da*
Francisco Elmo p.p. Elmo *Sudrag de -*
Jure - Paulo p.p. Aurea Heliane S. M. Castellos *pag 2*

Cartório de Registro de Títulos,
Documentos e Pessoas Jurídicas
Conselheiro *de Estado de Minas Gerais*
Ana Paula F.

Ofício de Fiscalização
AHJ 88192

REGISTRO CIVIL PESSOAS JURÍDICAS	
CONSELHEIRO LAFAIETE - MINAS GERAIS	
Apresentado hoje para registro e apontado sob o	
nº de ordem <u>3.128</u>	às fls. <u>150</u>
do protocolo <u>4-1</u>	Registrado sob
o nº de ordem <u>4387</u>	do Livro <u>4-45</u>
às fls. <u>32V</u> do Registro de pessoas jurídicas.	
O referido é verdade de que dou fé.	
Cons. Lafaiete MG, <u>21</u> de <u>02</u> de 20 <u>03</u>	
<i>[Assinatura]</i>	
OFICIAL	



NOVA DIRETORIA

MANDATO - 09/02/2003 À 09/02/2004

PROVEDOR:

Dr. Francisco Rodrigues Pereira

C.I. 6559/D

CPF: 055.815.836-68

Endereço residencial: Praça Tiradentes, nº 65 Centro
Conselheiro Lafaiete - MG

VICE-PROVEDOR:

Drª Helena Maria Rodrigues Pereira

C.I. 29460 OAB MG

CPF: 443.474.306-63

Endereço residencial: Praça Tiradentes, nº 55 Centro
Conselheiro Lafaiete - MG

TESOUREIRO:

Francisco Rodrigues Pereira Ferrari

C.I. M-2,343,352

CPF: 480.205.406-87

Endereço residencial: Rua Horácio de Queiroz, nº 340 Centro
Conselheiro Lafaiete - MG

1º SECRETÁRIO:

Eduardo Antônio Rodrigues Pereira Cardoso Pires

C.I. M-3.848.966

CPF: 490.225.806-44

Endereço residencial: Praça Tiradentes, nº 55 Centro
Conselheiro Lafaiete - MG

2º SECRETÁRIO:

Dr. Ivar de Almeida Cerqueira Neto

CRM 20202

CPF: 343.252.556-72

Endereço residencial: Rua Antônio de Oliveira, nº 104 Alto da Vista Alegre
Conselheiro Lafaiete - MG

1º Oficial Cartório Custódio
 Rua: 14 de Agosto, nº: 1 - Tel: (051) 702-1062
 CANTARELO LAFAYETE - MG
AUTENTICACAO
 Conforme com o original apresentado
 24 ABR. 2003
 em Verano
 José Sampaio Marques C. Meneses - Tabelião
 Luciano S. M. Castilhos Meneses-Subst
 Lyzandra Ferreira Gomes
 José Castilhos Meneses-Neto
 Emp. RS - Loc. Adm. RS 057 Total RS 9

DIRETOR CLÍNICO:

Dr. José de Miranda Nogueira

CRM 9413

CPF: 023.679.986-04

Endereço residencial: Rua dos Inconfidentes, nº 85 Fonte Grande
Conselheiro Lafaiete - MG

VICE-DIRETOR CLÍNICO:

Dr. Olavo Gomes Pereira Filho

CRM 31162

CPF: 028.870.337-51

Endereço residencial: Rua Professora Eda Lúcia, nº 135
Conselheiro Lafaiete - MG

DIRETOR TÉCNICO:

Dr. Moisés Joaquim de Oliveira

CRM 19134

CPF: 737.596.197-20

Endereço residencial: Rua Vicente Vieira da Mata, nº 55
Ouro Branco - MG

VICE-DIRETOR TÉCNICO:

Dr. Ivar de Almeida Cerqueira Neto

CRM 20202

CPF: 343.252.556-72

Endereço residencial: Rua Antônio de Oliveira, nº 104 Alto da Vista Alegre
Conselheiro Lafaiete - MG



Conselheiro Lafaiete, 17 de março de 2003.

Dr. Francisco Rodrigues Pereira
Provedor

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O HOSPITAL QUELUZ, SITUADO À PRAÇA MADRE TERESA G. MICHEL, 189 (ANTIGA ALAMEDA OSWALDO CRUZ), BAIRRO CENTRO, CONSELHEIRO LAFAIETE - MINAS GERAIS, MANTIDO PELA SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ, FUNCIONA ININTERRUPTAMENTE NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS.

CONSELHEIRO LAFAIETE, 20 DE JUNHO DE 2002.

1º Ofício

Giovanna Araújo da Cruz
Promotora de Justiça

SERV. NOTARIAL 1º OFÍCIO - CARTÓRIO CASTELÕES
Praça Barão de Queluz, 97-A - Tel.: (031) 763-1643
CONSELHEIRO LAFAIETE - MG
Reconheço Verdadeiro(s) a(s) Firma(s)

Giovanna Araújo da Cruz
da Cruz

G. Lafaiete, 20 JUN. 2002

Em Teste, *[assinatura]* da Verdade

Paulo Sérgio Marques C. Menezes - Tabelião
Aurea Moliane S. M. Castilhos Menezes-Subst.
Lyssandra Ferreira Gomes
José Castilhos Menezes Netto
Emol. R\$ 1,00 Rec. Adic. R\$ 2,00 Total R\$ 3,00

Serv. Notarial 1º Ofício Cartório Castelões
Praça Barão de Queluz, 97-A - Tel.: (031) 763-1643
CONSELHEIRO LAFAIETE - MG
AUTENTICAÇÃO
Confero com o original apresentado

G. Lafaiete, 20 JUN. 2002

Em Teste, *[assinatura]* da Verdade

Paulo Sérgio Marques C. Menezes - Tabelião
Aurea Moliane S. M. Castilhos Menezes-Subst.
Lyssandra Ferreira Gomes
José Castilhos Menezes Netto
Emol. R\$ 1,00 Rec. Adic. R\$ 2,00 Total R\$ 3,00



HOSPITAL QUELUZ

NOVA DIRETORIA

MANDATO - 09/02/2003 À 09/02/2004

PROVEDOR:

Dr. Francisco Rodrigues Pereira

C.I. 6559/D

CPF: 055.815.836-68

Endereço residencial: Praça Tiradentes, nº 65 Centro
Conselheiro Lafaiete - MG

VICE-PROVEDOR:

Drª Helena Maria Rodrigues Pereira

C.I. 29460 OAB MG

CPF: 443.474.306-63

Endereço residencial: Praça Tiradentes, nº 55 Centro
Conselheiro Lafaiete - MG ✓

TESOUREIRO:

Francisco Rodrigues Pereira Ferrari

C.I. M-2.343.352

CPF: 480.205.406-87

Endereço residencial: Rua Horácio de Queiroz, nº 340 Centro
Conselheiro Lafaiete - MG

1º SECRETÁRIO:

Eduardo Antônio Rodrigues Pereira Cardoso Pires

C.I. M-3.848.966

CPF: 490.225.806-44

Endereço residencial: Praça Tiradentes, nº 55 Centro
Conselheiro Lafaiete - MG

2º SECRETÁRIO:

Dr. Ivar de Almeida Cerqueira Neto

CRM 20202

CPF: 343.252.556-72

Endereço residencial: Rua Antônio de Oliveira, nº 104 Alto da Vista Alegre
Conselheiro Lafaiete - MG

DIRETOR CLÍNICO:

Dr. José de Miranda Nogueira

CRM 9413

CPF: 023.679.986-04

Endereço residencial: Rua dos Inconfidentes, nº 85 Fonte Grande
Conselheiro Lafaiete - MG

VICE-DIRETOR CLÍNICO:

Dr. Olavo Gomes Pereira Filho

CRM 31162

CPF: 028.870.337-51

Endereço residencial: Rua Professora Eda Lúcia, nº 135
Conselheiro Lafaiete - MG

DIRETOR TÉCNICO:

Dr. Moisés Joaquim de Oliveira

CRM 19134

CPF: 737.596.197-20

Endereço residencial: Rua Vicente Vieira da Mata, nº 55
Ouro Branco - MG

VICE-DIRETOR TÉCNICO:

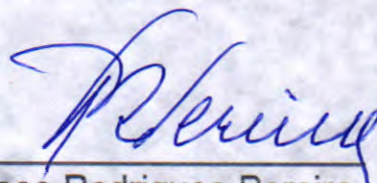
Dr. Ivar de Almeida Cerqueira Neto

CRM 20202

CPF: 343.252.556-72

Endereço residencial: Rua Antônio de Oliveira, nº 104 Alto da Vista Alegre
Conselheiro Lafaiete - MG

Conselheiro Lafaiete, 17 de março de 2003.



Dr. Francisco Rodrigues Pereira
Provedor




Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

- Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 19.717.578/0001-91	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/02/1968
NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.11-1-00 - Atividades de atendimento hospitalar			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-8 - ASSOCIAÇÃO			
LOGRADOURO ALAM OSWALDO CRUZ	NÚMERO 189	COMPLEMENTO	
CEP 36.400-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CONSELHEIRO LAFAIETE	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/05/2001	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 24/04/2003 às 15:18:10 (data e hora de Brasília).

Voltar

ESTATUTOS

≡ DA ≡

**SOCIEDADE
HOSPITAL QUELUZ**



**Conselheiro Lafaiete
Minas Gerais**

IMPRESSÃO
GRÁFICA REX
1998

**ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DE ACORDO COM A
ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM 05 DE JULHO
DE 1996; FICANDO ASSIM A REDAÇÃO DO NOVO
ESTATUTO DA SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ**

CAPÍTULO I

DOS FINS E SEDE

Art. 1º - A Sociedade Hospital Queluz, constituída aos 12 de janeiro de 1908, sob a invocação de São José nesta cidade de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, tem por fim manter enfermarias clínicas e cirúrgicas, para tratamento de indigentes de ambos os sexos, que não sejam portadores de moléstias contagiosas, assim como uma seção de maternidade.

Parágrafo Único - Como meio de assegurar recursos financeiros, para as suas finalidades primordiais, a Sociedade poderá manter enfermarias e quartos particulares, assim como explorar o serviço funerário da cidade, mediante concessão municipal.

Art. 2º - A Sociedade Hospital Queluz, constituída por ilimitado número de sócios, por tempo indeterminado, reger-se-á pela legislação civil do país e a sua personalidade jurídica residirá na assembléia geral.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS

Art. 3º - Haverá duas categorias de sócios, na Sociedade Hospital Queluz: Beneméritos e Efetivos.

Parágrafo 1º - Serão considerados Beneméritos os que prestarem à Sociedade serviços relevantes, à juízo do Conselho Deliberativo ou da Assembléia Geral.

Parágrafo 2º - Serão considerados Efetivos os que pagarem anualmente a quantia de Sessenta Reais.

Parágrafo 3º - Os atuais sócios Efetivos admitidos até a data de 31 de dezembro de 1938, poderão continuar pagando apenas a anuidade de Doze Reais.

Art. 4º - A admissão de sócios Efetivos se fará, exclusivamente por meio de proposta escrita, assinada por quem já for sócio, dirigida à Diretoria e por ela aceita provisoriamente.

Parágrafo Único - Os sócios Efetivos só gozarão da plenitude dos seus direitos, após a ratificação da sua aceitação, por intermédio do Conselho Deliberativo.

Art. 5º - O pagamento das anuidades sociais se fará de uma só vez, até o fim do primeiro trimestre de cada ano, sob pena de eliminação.

Art. 6º - Todos os sócios terão direitos e deveres iguais, salvo os Efetivos que só poderão votar, ser votados, e gozar das demais regalias estatutárias, si estiverem quites e já possuírem no mínimo seis meses de casa.

Art. 7º - As mulheres e menores podem ser sócios e gozar dos mesmos direitos que os demais sócios na forma deste capítulo, salvo o direito de votar que só fica assegurado aos que tiverem 18 anos completos, no mínimo.

CAPÍTULO III DAS AUTORIDADES

Art. 8º - São autoridades da Sociedade Hospital Queluz.

- a) A Assembléia Geral;
- b) O Conselho Deliberativo;
- c) A Diretoria;
- d) O Administrador;
- e) O Diretor Clínico;
- f) Os Chefes de Enfermarias;
- g) Os enfermeiros e farmacêuticos.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9º - A Assembléia Geral é formada pela reunião, no mínimo, de um terço dos sócios quites na ocasião.

Art. 10º - A Assembléia Geral Ordinária se reunirá de cinco em cinco anos, no segundo domingo de Janeiro, começando a contar do primeiro quinquênio do 2º domingo de janeiro de 1924.

Art. 11º - Compete à Assembléia Geral Ordinária: eleger o conselho deliberativo, que funcionará durante o quinquênio; e tomar conhecimento de quaisquer assuntos que interessem à sociedade podendo resolvê-los.

Art. 12º - A Assembléia Geral ordinária funcionará com qualquer número de sócios quites, em primeira convocação, no 3º domingo de Janeiro do quinquênio, caso no dia designado para a sua reunião, não se haja verificado a presença de um terço, dos sócios quites.

Art. 13º - A Assembléia Geral se reunirá extraordinariamente sempre que for convocada pela diretoria, conselho deliberativo ou por 25 sócios quites, mediante aviso

prévio pela imprensa, com antecedência de 07 dias, no mínimo, para tratar de assuntos especificamente constantes da convocação.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral extraordinária se considerará instalada, comparecendo, no mínimo, metade dos sócios quites, em virtude da 1ª convocação, ou com qualquer número após a 2ª convocação.

Art. 14º - Nas Assembléias Gerais, os sócios podem representar-se por instrumento de mandatos nos termos da legislação vigente.

Art. 15º - As Assembléias gerais serão presididas e secretariadas, respectivamente pelo Presidente e Secretário do Conselho Deliberativo, e as atas serão assinadas simplesmente pela mesa, ou pelos sócios designados, no ato, pela Assembléia.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 16º - O Conselho Deliberativo é constituído de 12 membros Efetivos e 12 Suplentes, eleitos em Assembléia Geral Ordinária com mandato por cinco anos.

Parágrafo Único - O respectivo escrutínio se fará por votação secreta, votando cada sócio em doze nomes apenas.

Art. 17º - Os conselheiros perdem o mandato nos seguintes casos:

- a) Por morte;
- b) Em virtude de renúncia escrita;
- c) Não tomando posse do seu cargo dentro de uma semana, a contar da ciência de sua eleição;
- d) Não comparecendo a tais reuniões ordinárias ou especiais do Conselho.

Art. 18º - Os conselheiros suplentes tomarão posse, quando eleitos, ou quando convocados, para preenchimento de alguma vaga ou ausência do Efetivo.

Art. 19º - A eleição dos Conselheiros Deliberativos se fará, em Assembléia Geral, considerando-se Efetivos 12 mais votados e Suplentes os respectivos imediatos em votos.

Art. 20º - À medida que se fizer necessário, os suplentes serão convocados em ordem de sua votação.

Art. 21º - Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) Logo após empossados, eleger um Presidente e um Secretário, que dirigirão os seus trabalhos, bem como os das Assembléias Gerais;
- b) Eleger a Diretoria, anualmente, no 3º domingo de Janeiro;
- c) Tomar contas à Diretoria, depois de mandar estudar os balancetes e relatório por uma comissão de seus membros;
- d) Administrar os bens da Sociedade, no caso de renúncia coletiva da diretoria;
- e) Fiscalizar a gestão de cada Diretoria, autorizando ou proibindo despesas extraordinárias superior a R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais);
- f) Apurar as irregularidades praticadas pela Diretoria, ou abusos verificados na administração, punindo de pronto os responsáveis, com penas que variam desde a simples advertência verbal até a destituição de cargos;
- g) Emitir parecer sobre contratos a serem realizados pela Diretoria, autorizando-os ou vedando-os;

h) Orçar a receita e a despesa de cada exercício, tendo em vista os dados constantes dos balancetes anteriores.

CAPÍTULO VI DA DIRETORIA

Art. 22º - O Hospital e interesses da Sociedade serão administrados por uma Diretoria, com mandato anual, eleita pelo Conselho Deliberativo, constituída por um Provedor, um Vice-Provedor, um Tesoureiro e dois Secretários. A instituição não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua Diretoria, Conselhos Fiscais, Deliberativos ou Consultivos, e que não distribui lucros, bonificações e vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 23º - Compete ao Provedor :

- a) Representar a Sociedade, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) Dirigir os trabalhos da Diretoria e fiscalizá-los;
- c) Nomear um Diretor Clínico para o Hospital, de acordo com os demais membros da Diretoria;
- d) Assinar as atas de reuniões da Diretoria, conjuntamente com o Secretário;
- e) Dar ordens de pagamento;
- f) Contratar empregados, enfermeiros e farmacêuticos de acordo com a indicação do Diretor Clínico;

- g) Nomear um administrador interno;
- h) Fiscalizar a exata observância do regimento interno;

- i) Apresentar anualmente ao Conselho Deliberativo um relatório de sua administração;
 - j) Despachar todos os papéis dirigidos ao Hospital;
 - k) Designar dia para a reunião coletiva da Diretoria;
 - l) Executar ou fazer executar todas as deliberações da Diretoria, suspendendo a execução daquelas que julgar nocivas à Sociedade, recorrendo para o Conselho Deliberativo, cuja decisão cumprirá;
 - m) Organizar o projeto de orçamento da receita e da despesa do Hospital, de acordo com as informações do Administrador, Diretor Clínico e Tesoureiro;
 - n) Assinar os diplomas dos sócios;
 - o) Deferir o compromisso e dar posse aos funcionários de nomeação;
 - p) Abrir, numerar, rubricar e encerrar todos os livros de escrituração da Sociedade.
- Art. 24º - Compete ao Vice-Provedor:
- Substituir o Provedor nas suas faltas e impedimentos.
- Art. 25 - Compete ao Tesoureiro:
- a) Ter sob a sua guarda os valores pertencentes à Sociedade e depositar, em banco, indicado pelo Provedor, os saldos mensais superiores a 500,00 reais;
 - b) Fazer a escrituração da receita e despesa de seu exercício;
 - c) Cumprir as ordens de pagamento dadas pelo Provedor;
 - d) Organizar o tombamento do patrimônio social;

- e) Nomear um Procurador de sua confiança e responsabilidade para a arrecadação das anuidades, dando-lhe de comissão até 10% do que arrecadar;
- f) Substituir o Provedor, na falta, ausência ou impedimento do Vice-provedor;
- g) Apresentar anualmente ao Conselho Deliberativo, por intermédio do Provedor, um balancete da receita e da despesa.

Art. 26º

- Compete ao 1º Secretário:

- a) Fazer a correspondência social;
- b) Organizar a matrícula dos sócios;
- c) Organizar o Arquivo Social;
- d) Lavrar as atas das reuniões da Diretoria;
- e) Substituir o Tesoureiro nas suas faltas e impedimentos;
- f) Lavrar os termos de compromisso e posse dos funcionários de nomeação;
- g) Passar todas as certidões que forem requeridas e informar, por escrito, os papéis que tiverem de ser submetidos a despacho.

Art. 27º

- Compete ao 2º Secretário:

Substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

CAPÍTULO VII

DO DIRETOR CLÍNICO, CHEFES DE ENFERMARIAS, ENFERMEIROS, FARMACÊUTICOS E ADMINISTRADOR

Art. 28º - O Diretor Clínico será nomeado pelo Provedor dentre os sócios médicos que prestarem o mesmo serviço ao Hospital e lhe competirão as funções determinadas no Regimento Interno, sem qualquer renunciação.

Art. 29º - O Diretor Clínico distribuirá o Serviço Clínico e cirúrgico do Hospital entre si e os colegas sócios, que prestarem os seus serviços ao Hospital, na forma do Regimento Interno.

Art. 30º - O farmacêutico e enfermeiros, que serão nomeados pelo Provedor, mediante indicação do Diretor Clínico, terão as funções especificadas no Regimento Interno e os seus vencimentos serão abonados pela Diretoria.

Art. 31º - O Provedor nomeará um Administrador que poderá ser escolhido dentre os enfermeiros, para exercer as funções delimitadas no Regimento Interno.

CAPÍTULO VIII

DA RENDA E PATRIMÔNIO

Art. 32º - As rendas da Sociedade se constituem:

- a) Efetivos; Das anuidades dos Sócios
- b) Das anuidades dos demais sócios

- c) Dos donativos de qualquer natureza;
- d) Das subvenções e auxílios dos poderes públicos;
- e) Das diárias, taxas fixas de tratamento de doentes de quartos particulares;
- f) Das percentagens e rendas contratuais;
- g) Dos rendimentos patrimoniais e Eventuais.
- h) O Património social se constitui:
- a) Do prédio do Hospital, respectivo terreno, móveis e instalações;
- b) De outras propriedades, imóveis, títulos de renda;
- c) Da terça parte das contribuições sociais, que se converterá na aquisição de títulos de renda;
- d) Dos donativos que receber com essa destinação.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34º - Os membros do Conselho Deliberativo, quando no exercício de qualquer cargo da Diretoria ou de nomeação do Hospital, se considerarão impedidos para participar dos trabalhos do mesmo, desde que se trate de atos de sua Administração.

- Art. 35º - Em caso de dissolução ou extinção, judicial ou extrajudicial da Sociedade, seu eventual património remanescente será destinado a entidade registrada no CNAS, (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL), ou Entidade Pública, a critério da Instituição.
- Art. 36º - Que a entidade aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.
- Art. 37º - Estes estatutos, logo que sejam aprovados, entrarão imediatamente em vigor.
- Art. 38º - Revogam-se as disposições em contrário.

Conselheiro Lafaiete, 05 de Julho de 1996.

José Castellões Menezes
Presidente

Eligênia Rodrigues Pereira
Secretária


ALMG

pesquisa

► Projetos em Tramitação

Documentos: 1 - 1 de 1

Clique na identificação da proposição para ter informações completas (tramitação e textos).

Clique em  para consultar apenas o texto da proposição original.

Doc Proposição**1** PL. 1047 1988 - PROJETO DE LEI

DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ, DA CIDADE DE CONSELHEIRO LAFAIETE.

Autor: DEPUTADO AGOSTINHO PATRÚS PFL

Situação: TRANSFORMADO EM NORMA JURÍDICA

Norma: LEI 9950 1989 - LEI ORDINARIA



ALMG

pesquisa

ALMG

pesquisa



Norma: **LEI 9950 1989** **Data:** 29/09/1989 **Origem:** LEGISLATIVO **Tramitação**

Ementa: DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ, COM SEDE NA CIDADE DE CONSELHEIRO LAFAIETE.**Fonte:** PUBLICAÇÃO - MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 30/09/1989 PÁG. 1 COL. 2 MICROFILME 408**Indexação:** DECLARAÇÃO, UTILIDADE PUBLICA, INSTITUIÇÃO HOSPITALAR, MUNICIPIO, CONSELHEIRO LAFAIETE.**Catálogo:** UTILIDADE PUBLICA.

ALMG

pesquisa



ALMG

pesquisa

Proposição: FL. 1047 1988 - PROJETO DE LEI**Publicação:** DIÁRIO DO LEGISLATIVO EM 26/08/1988**Autor:** DEPUTADO AGOSTINHO PATRÚS PFL**Vide:** PRL 10632 1989**Ementa:** DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A SOCIEDADE HOSPITAL QUELUZ, DA CIDADE DE CONSELHEIRO LAFAIETE.**Indexação:** DECLARACAO, UTILIDADE PUBLICA, INSTITUICAO ASSISTENCIAL, MUNICIPIO, CONSELHEIRO LAFAIETE, (MG).**Situação:** TNJUR - TRANSFORMADO EM NORMA JURÍDICA**Norma:** LEI 9950 1989 - LEI ORDINARIA**Última Ação:** DATA: 29/09/1989 LOCAL: GOVERNADOR DO ESTADO
PROPOSICAO DE LEI SANCIONADA.
LEI 9950 PUBLICADA NO DIARIO DO EXECUTIVO EM 2 10 1989.**Tramitação:**
DATA: 24/08/1988 LOCAL: PLENARIO
AGUARDANDO INCLUSAO EM ORDEM DO DIA PARA PRIMEIRA DISCUSSAO.
DATA: 07/06/1989 LOCAL: PLENARIO
APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSAO.
A COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA.
RECEBIDO NA CCJ EM 7 6 1989.
DATA: 15/06/1989 LOCAL: COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SEGUNDA DISCUSSAO.
RELATOR: DEP. AGOSTINHO VALENTE.
PARECER PELA APROVACAO. APROVADO.
PUBLICADO NO DL EM 21 6 1989.
DATA: 29/06/1989 LOCAL: PLENARIO
APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSAO.
A COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA.
RECEBIDO NA CCJ EM 30 6 1989.
DATA: 08/08/1989 LOCAL: COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
TERCEIRA DISCUSSAO.
RELATOR: DEP. JOSE MILITAO.
PARECER PELA APROVACAO. APROVADO.
PUBLICADO NO DL EM 17 8 1989.
DATA: 29/08/1989 LOCAL: PLENARIO
APROVADO EM TERCEIRA DISCUSSAO.
A COMISSAO DE REDACAO.
RECEBIDO NA CR EM 29 8 1989.
DATA: 05/09/1989 LOCAL: COMISSÃO REDAÇÃO
REDACAO FINAL.
RELATOR: DEP. MAURO MORAES.
PARECER PELA APROVACAO. APROVADO.
PUBLICADO NO DL EM 15 9 1989.
DATA: 11/09/1989 LOCAL: PLENARIO
APROVADO EM REDACAO FINAL.
A SANCAO.
DATA: 13/09/1989 LOCAL: COORD REDACAO E REVISAO
REMESSA DO OFICIO 2631/89/CRR AO GOVERNADOR DO ESTADO

ALMG

pesquisa